

**A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
A PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

***THE CURRICULAR PROPOSAL OF THE STATE OF SÃO
PAULO: THE PERSPECTIVE OF PHYSICAL EDUCATION
TEACHERS***

***LA PROPUESTA CURRICULAR DEL ESTADO DE SAN PAULO:
LA PERSPECTIVA DE PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA***

Raphael Felix Salomão^I

Fernando Donizete Alves^{II}

^I Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Rio Claro, São Paulo – Brasil. E-mail: salomaorapha@gmail.com

^{II} Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – Brasil. E-mail: alves.sommer@gmail.com



Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

O objetivo do estudo foi compreender como professores de Educação Física da rede estadual de ensino da cidade de São Carlos se apropriam da Proposta Pedagógica Curricular de Ensino do Estado de São Paulo (PPC) na sua prática pedagógica, com a perspectiva de apreender as dificuldades e as possibilidades para sua real efetivação. Participaram do estudo 5 professoras de Educação Física que atuam no ensino básico da cidade de São Carlos/SP. O instrumento de coleta de dados foi entrevista aberta e a análise foi realizada com base no método da análise temático-categorial. Os professores participantes disseram que a PPC é um documento importante na medida em que indica um caminho a seguir em suas aulas. Porém não se sentem aptos a utilizar essa proposta como um todo, pela falta de material, pelo material de péssima qualidade disponíveis nas escolas, espaço físico não adequado, insegurança em relação a determinados conteúdos com os quais não possuem familiaridade, pela organização temporal dos conteúdos em bimestres e a dificuldade em abordar outros conteúdos não constantes da proposta. De modo geral, os professores consideram a PPC-Educação Física como um documento positivo para a área da Educação Física escolar mais que ainda carece de maior discussão sobre sua implantação.

Palavras-chave: Educação Física. Proposta Pedagógica Curricular. Escola.

Abstract

The objective of the study was to understand how Physical Education teachers of the state schools of city São Carlos are appropriating of Curricular Pedagogical Proposal of Teaching of the State of São Paulo (PPC) in their pedagogical practice, with the perspective of apprehend the difficulties and possibilities for its proper enforcement. The study included 5 Physical Education teachers working in public schools in the city of São Carlos / SP. The data collection instrument was unstructured interview and the analysis was based on the theme -category analysis method. Participating teachers said that the PPC is an important document because it indicates a way forward in their classes. But do not feel able to use this proposal as a whole, by the lack of material, for the poor quality materials available in schools , inadequate physical space, uncertainty regarding certain contents with which have no familiarity, for the temporal organization of content in 'bimestre' (two months) and difficulty in addressing other content not included in the proposal. In general, teachers

consider the PPC Physical Education as a positive document in the area of physical education school more still needs further discussion of its deployment.

Keywords: *Physical Education. Curriculum Pedagogical Proposal. School.*

Resumen

El objetivo del estudio fue comprender cómo los profesores de Educación Física de la red estadual de enseñanza de la ciudad de São Carlos se apropian de la Propuesta Pedagógica Curricular de Enseñanza del Estado de São Paulo (PPC) en su práctica pedagógica, con la perspectiva de comprender las dificultades y las posibilidades para su aplicación real. Participaron del estudio 5 profesores de Educación Física que actúan en la enseñanza básica de la ciudad de São Carlos/SP. El instrumento de recolección de datos fue una entrevista abierta y el análisis se realizó con base en el método de análisis temático-categorial. Los profesores participantes dijeron que la PPC es un documento importante en la medida en que indica un camino a seguir en sus clases. Sin embargo, no se sienten aptos a utilizar esta propuesta como un todo, por la falta de material, por el material de pésima calidad disponible en las escuelas, el espacio físico inadecuado, la inseguridad con relación a determinados contenidos con los que no poseen familiaridad, por la organización temporal de los contenidos en bimestres y la dificultad en abordar otros contenidos no constantes en la propuesta. De modo general, los profesores consideran la PPC-Educación Física como un documento positivo para el área de la Educación Física escolar, pero que aún carece de mayor discusión sobre su implantación.

Palabras clave: *Educación Física. Propuesta Pedagógica Curricular. Escuela.*

1 Introdução

A história da Educação Física no Brasil no que se refere a sua relação com a escola mostra um longo caminho em busca de legitimidade e de reconhecimento de sua importância para a formação/educação da criança e do adolescente. Um dos pontos nevrálgicos desta busca recai sobre o processo de sistematização e organização das aulas. Problemática que reflete as vicissitudes cotidianas da prática pedagógica do professor de Educação Física na escola (SANTOS FILHO E ALVES, 2011).

Betti *et al.* (2014) apontam como desafio para a Educação Física, conseguir articular currículos no contexto da educação básica que possibilitem às crianças e jovens uma formação para a emancipação e autonomia, capazes, portanto, de exercitar a crítica e autocrítica no âmbito da cultura de movimento. Esse processo exige uma sistematização em termos de conteúdos, estratégias e avaliação, intencionalmente organizada com vista a atingir esse objetivo.

Em relação à emancipação e autonomia, os autores entendem, apoiados em Freire e Kunz, que

[...] constituem um único processo, sempre inacabado, de tomar consciência e pronunciar-se de forma singular, coletiva e crítica diante das objetivações e condicionamentos que as mídias, a indústria cultural e a ciência positiva impõem aos sujeitos. Buscar emancipação e autonomia na EF exige elevar a capacidade crítica dos sujeitos para tomarem decisões, fazerem escolhas, agirem e se pronunciarem no mundo (BETTI *et al.*, 2014, p. 1634).

Na esteira da mudança de compreensão do lugar na Educação Física na organização escolar que toma forma, do ponto de vista pedagógico, nos avanços teórico-metodológicos no seio da própria área e, do ponto de vista das políticas públicas, a partir da atual Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), ganha força e visibilidade a necessidade do componente curricular Educação Física mostrar-se mais coeso e consistente no que tange a organização curricular que permita apontar com maior clareza suas intenções, ou seja, o que ensinar, por que ensinar e como ensinar.

Nesse processo, importante ressaltar a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs), traçando diretrizes político-pedagógicas com a intenção de corroborar com o trabalho do professor no cotidiano da escola. No que diz respeito à Educação Física, o documento, por vezes, foi tratado como currículo mínimo o que extrapola seu papel de indicar possibilidades, caminhos ao professor, apontando um campo de experiência (amplo) para nortear o processo de ensino e de aprendizagem. Sanches Neto *et al.* (2014, p. 25) apontam que a elaboração e apresentação desse documento à sociedade, guardadas as críticas que possa fazer aos seus pressupostos epistemológicos, delimitou “o surgimento paralelo de uma produção acadêmica que buscou discutir e analisar as implicações de um currículo mínimo para a educação brasileira”.

Esses autores ressaltam que, na última década, vários Estados da federação apresentaram suas propostas curriculares, com processos de implantação muito particulares. Nesse contexto, ressaltamos a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) de Educação Física da rede estadual de São Paulo, objeto desse estudo. O documento elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo tinha como objetivo propor um currículo para os níveis de ensino Fundamental ciclo II e Médio. Proposta essa que foi incorporada por todas as escolas estaduais de ensino básico do Estado de São Paulo.

Nessa pesquisa, focamos a PPC – Educação Física implementada em sua nova versão em 2008 na rede pública estadual do ensino fundamental (a partir da 5ª série ou 6º ano) e médio (SÃO PAULO, 2008). Cabe aqui ressaltar que em 2010, a proposta curricular tornou-se Currículo, ou seja, tais documentos são referenciais de conteúdos para os componentes curriculares.

A proposta se orienta teoricamente por dois conceitos, o *Se-Movimentar* e a *Cultura de Movimento*. Pode-se definir o “Se Movimentar” como a expressão individual ou grupal no âmbito de uma cultura de movimento, é a relação que o sujeito estabelece com essa cultura a partir de seu repertório (informações/ conhecimentos, movimentos, condutas etc.), de sua história de vida, de suas vinculações socioculturais e de seus desejos (SÃO PAULO, 2008).

Para destacar o fato de que se trata de sujeitos que se movimentam em contextos concretos, com significações e intencionalidades, tem-se utilizado a expressão “Se Movimentar”, sendo que o “Se” é propositadamente colocado antes do verbo, enfatizando o fato de que o sujeito (aluno) é autor dos próprios movimentos, que estão carregados de suas emoções, desejos e possibilidades, não resultando apenas de referências externas. Assim, estamos nos referindo ao movimento próprio de cada aluno, por isso, um aluno pode gostar de movimentar-se em certo contexto, mas não em outro, embora os movimentos/gestos possam ser os mesmos (BOSCATTO E KUNZ, 2007).

E “Cultura de Movimento” como o conjunto de símbolos, significados, sentidos e códigos que produzem ou reproduzem os jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas, etc., com os quais os relacionamos com o mundo e com os outros, através do “Se- Movimentar”. (SÃO PAULO, 2008).

A PPC-Educação Física, ainda, propõe a sistematização dos conteúdos por dois eixos: o eixo dos conteúdos, composto pelos esportes, jogos, danças, lutas, ginásticas e atividade

rítmica. E o eixo temático composto por corpo, saúde e beleza, contemporaneidade, mídias, lazer e trabalho; esses são definidos pela dinâmica da cultura de movimento na sociedade atual. Os eixos de conteúdo e temático apresentam uma “rede de inter-relações” (BETTI *et al.*, 2010). Sanches Neto *et al.* (2014, p. 29), argumentam que “possivelmente o maior mérito [da PPC-EF] tenha sido conectar os conteúdos “clássicos” da Educação Física com o mundo dos alunos, por meio da inter-relação dos eixos de conteúdo e de temas”.

De acordo com Betti *et al.* (2010, p. 112-113),

As inter-relações desses eixos sugerem o aparecimento de novos olhares e temas para os conteúdos tradicionais da Educação Física, tais como preconceito racial nos esportes, a discriminação contra pessoas com deficiências em atividades esportivas, o papel das mídias na construção de padrões de beleza corporal, os vários significados atribuídos ao corpo, às relações entre exercício físico e saúde, a dimensão do lazer na vida cotidiana e muitos outros.

Nesse sentido, Betti *et al.* (2014) apontam na direção da valorização do sujeito e, conseqüentemente, para as condições existenciais dos estudantes de modo que, na sua passagem pelas aulas de Educação Física, possam se tornar (auto)críticos nos processos decisórios. Ressaltam que não basta o estudante ‘saber sobre’ os esportes, as lutas, os jogos etc. Nas palavras dos autores, “deseja-se, no sentido mais crítico, elaborar conhecimentos com as experiências (de movimento) vividas nas aulas de EF [...]” (p. 1646).

Ou seja, para elaborar conhecimentos de modo tornar-se crítico e autônomo em relação aos processos decisórios na vivências às diferentes manifestações da Cultura de Movimento que direta ou indiretamente são tomadas como conteúdos das aulas de Educação Física, como por exemplo, os esportes de invasão, dentre os quais o futebol, ou mesmo os jogos tradicionais, é fundamental a experiência concreta. Somente é possível saber sobre o ‘jogo’ desde dentro do ‘jogo’.

De acordo com o documento o que deve ser apreendido pelos alunos são “[...] as manifestações, os significados\sentidos, os fundamentos e critérios da cultura de movimento de nossos dias – ou seja, sua apropriação crítica” (SÃO PAULO, 2008, p. 43).

Na PPC existe um material didático de apoio ao professor denominado “Caderno do Professor”, ele é dividido para cada ano e bimestre perfazendo um total de 28 cadernos e estes são sugestões que os autores optaram por nomear de “percursos de aprendizagem para os

vários conteúdos/temas”. É importante ressaltar que alguns conteúdos são apresentados como obrigatórios e outros são apresentados como sugestões que podem ou não condizerem com o projeto político-pedagógico e a realidade da escola. (BETTI *et. al.*, 2010). Acompanhando este material há também o “caderno do aluno” direcionado ao conteúdo trabalhado em que são oferecidos exercícios, pesquisas para serem realizadas pelos alunos.

Enfim a Proposta deixa claro que a Educação Física, possui um conhecimento específico que pode ser organizado e orientado de diversas maneiras e que deve ser apresentado aos alunos, para que esses se apropriem desse conhecimento. Assim é esperado que toda a comunidade escolar (professores, alunos, direção) compreenda que nas aulas de Educação Física “algo” é ensinado e “algo” é aprendido. (BETTI *et al.*, 2010).

A Proposta Curricular Estado de São Paulo (PPC) apresenta uma possibilidade de organização e sistematização do ensino da Educação Física na escola e, que incorporada pelas escolas públicas estaduais do Estado de São Paulo, coloca a todos os professores o desafio de incorporá-la a suas respectivas práticas pedagógicas. Isso inclui os professores de Educação Física.

Nessa direção, a questão que sustentou esse estudo foi: como os professores de Educação Física da educação básica do município de São Carlos/SP, mais especificamente do ciclo II do Ensino Fundamental de escolas públicas, compreendem e se apropriam da PPC-Educação Física?

O objetivo foi compreender como professores de Educação Física da rede estadual de ensino da cidade de São Carlos se apropriam da Proposta Curricular de Ensino do Estado de São Paulo na sua prática pedagógica, com a perspectiva de apreender as dificuldades e as possibilidades para a real efetivação da proposta.

2 Metodologia

Os participantes da pesquisa foram cinco professores de Educação Física que atuam no ensino básico da cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, Brasil. O critério fundamental de escolha dos participantes foi a exigência de que atuassem em escolas estaduais, particularmente no ciclo II do Ensino Fundamental (5º ao 9º ano).

Quadro 1 - Nome fictício dos professores e número da entrevista, ano de formação, número de escolas que atua e ocupação.

Cidinha (E-I)	Maria (E-II)	Rafael (E-III)	Luiz (E-IV)	Zezé (E-V)
1983	1981	1999	1991	1972
1 escola	1 escola	2 escolas	2 escolas	1 escola
Efetiva	Não efetiva	Efetiva	Efetiva	Efetiva

Fonte: Elaboração própria

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista. Trata-se de uma entrevista aberta, semi-estruturada, que permite ao entrevistador uma ampla liberdade e flexibilidade tanto para a realização de perguntas como para as intervenções, o que possibilita uma investigação mais ampla e profunda sobre o entrevistado (BLEGER, 1977).

As entrevistas foram agendadas com cada professor em dia e horário previamente combinados e realizadas em suas respectivas escolas, em acordo com a opção dos participantes. Foi realizada uma entrevista com cada professor em que foram abordados os seguintes temas: função da escola; papel da Educação Física escolar; cotidiano escolar; conhecimento da proposta curricular do Estado de São Paulo pelo professorado; articulação da proposta com a realidade da escola. As entrevistas foram gravadas (gravação de voz) e posteriormente transcritas.

É importante ressaltar que os professores participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, assim como, de que as informações coletadas seriam utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. A identidade dos participantes também foi preservada. Todos os participantes concordaram com sua participação na pesquisa, devidamente documentado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Igualmente, pôde-se contar com a autorização das Instituições (Diretoria de Ensino e Escola) participantes por meio de cartas de apresentação protocolada.

Para análise dos dados foi utilizado o método da análise temático-categorial, que para Minayo (1992) consiste em identificar os núcleos de sentido dentro do texto a partir da

separação em categorias e unidades de sentido, e considerando a frequência dessas categorias ao longo do texto.

Dessa categorização emergiram três (3) categorias, a saber: a) O entendimento e a visão sobre a PPC- Educação Física, b) As dificuldades e adequações encontradas na utilização da PPC- Educação Física, e c) Possibilidades de mudanças na PPC propostas pelos próprios professores.

3 O entendimento sobre a PPC- Educação Física

Existem críticas quanto à utilização da PPC-Educação Física por parte dos professores, pois esses a consideram uma “cartilha” a ser seguida, ferindo a autonomia docente e das escolas, padronizando os conteúdos e esquecendo-se de características locais. Essa argumentação de que a PPC-EF, muito intensa durante o processo de implantação da proposta, é sustentada na ideia de que o professor ficaria refém dos conteúdos indicados nos cadernos do professor e, por tanto, se vendo obrigado a assumir como objeto de ensino e de aprendizagem uma manifestação da Cultura de Movimento com a qual não tem familiaridade e que também não estaria coerente com a realidade da escola.

Nesse contexto, Sanches Neto *et al.* (2014, p. 32) ao analisarem criticamente a PPC-EF apoiados em Sanches Neto e Venâncio, apontam que um primeiro ponto de crítica seria referente a concepção, possibilidades e implicações da referida proposta, que se volta para “aos critérios e às escolhas relacionadas à sistematização dos conteúdos e temas presentes no texto da concepção da proposta curricular”.

Contudo, concordamos com esses autores quando indicam que o professor tem bastante flexibilidade no uso desse referencial no que tange ao planejamento, cabendo àquele “escolher diferentes manifestações da Cultura de Movimento, conforme as indicações bimestrais de conteúdos”. Importante ressaltar que cabe ainda flexibilidade na escolha de outras manifestações da Cultura de Movimento não constante nos 28 cadernos do professor, bem como diferentes estratégias para o trato dos conteúdos e temas.

Embora haja alguma crítica por parte dos professores entrevistados, os mesmos elogiam a proposta:

Olha eu até acho que tem professores que não gostam muito não, mas para mim eu acho ótimo, porque agora eu tenho um direcionamento. (Maria E-II).

Eu acho que é muito interessante, é visionário, eu vejo como sendo visionário, foi um negócio que alavancou muito bem a Educação Física, que como eu tinha falado anteriormente, a Educação Física vinha naquele negócio de que a Educação Física é esporte, e Educação Física não é só esporte, Educação Física abrange uma área muito maior e essa proposta nova veio mudar a visão que as pessoas tinham e também do profissional de Educação Física que antes era aquele que seguia o quarteto fantástico. (Rafael E-III).

Eu gosto bastante, bastante mesmo da diversidade que foi proposta do caderno do professor [...] se o currículo foi proposto pelo Estado, a Educação Física não poderia ficar fora. Entendo também que até então a gente não tinha um direcionamento e que isso em algum momento poderia ser positivo porque você trabalha com coisas que você acredita tem mais liberdade, mas também a gente observava muito que as pessoas não propunham nada, então quer dizer a aula era simplesmente, o que a gente chama de aula livre, todo dia poderia se fazer qualquer coisa que o aluno quisesse. [...] então tendo um direcionamento nesse sentido facilita o trabalho, porque você já apresenta ao aluno algo que não é ali do cotidiano dele, como, por exemplo, um dança que não é feita ali naquele lugar e que de repente aquilo foi proposto e que precisaria ser feito, como também é preciso ser feito em matemática, história e geografia, então isso dá um direcionamento. (Luiz E-III).

Olha, ela tem algumas falhas notáveis, mas eu acredito que amplia o vocabulário esportivo da criança, ela amplia por que trabalha com vários esportes, cada série tem seu esporte, e eles acabam conhecendo esportes não só da comunidade, como de outras comunidades. (Cidinha E-I).

Os professores tocam num assunto nefrálgico para a Educação Física escolar: o que eles chamam de ‘direcionamento’ para o trabalho pedagógico. Em outras palavras, uma referência que aponta um caminho no que tange aos objetivos e conteúdos que permita organizar com o mínimo de coerência e consistência o processo de ensino e de aprendizagem das manifestações da Cultura de Movimento, objeto de ensino da Educação Física na escola.

O participante Luiz coloca em questão um tema delicado e que, muitas vezes, é o ponto de partida para posturas mais conservadoras em relação a propostas como PPC-EF paulista: a autonomia docente. Argumenta ele, no excerto acima, que não ter um ‘direcionamento’ pode ser interessante do ponto de vista da autonomia do professor em relação ao conteúdo, ou seja, o professor poderia ter mais ‘liberdade’ para escolher o que assumir como objeto de ensino. Por outro lado, ele argumenta que essa situação suscita uma prática – muito comum segundo ele – que acarreta num modelo de aula – ‘aula livre’ – sem nenhum critério mais claro de definição dos conteúdos e nem mesmo clareza da

intencionalidade da aula (concretizada em objetivos). Em contraposição, ele acredita que a PPC-EF é um documento importante na medida em que ‘facilita o trabalho’, valoriza a área, em convergência com a posição dos demais professores entrevistados.

Freitas, citado por Sanches Neto *et al.* (2014, p. 34), investigou a noção de autonomia por professores de Educação Física que têm trabalhado com a PPC-EF na rede estadual paulista e constatou “que autonomia é diferente de somente ter a liberdade de fazer escolhas e, portanto, não é a proposta que, por si só, vai ou não promover a autonomia dos professores”. Há a necessidade de que o professor esteja disponível para as mudanças, o que parece suscitar – ao menos no nível do discurso – a posição dos docentes entrevistados.

Mais, para que isso possa se concretizar, é fundamental que haja também mudanças nas políticas públicas para o campo educacional na perspectiva de valorização do cotidiano de trabalho dos professores, reconhecendo as reais condições do trabalho docente e suas implicações para a adesão do professorado. Concordamos com Sanches Neto *et al.* (2014, p. 34), quando apontam que “falta às políticas públicas subsidiarem essa apropriação do cotidiano de trabalho com a consequente elaboração de saberes pelos próprios professores”.

Nessa direção, um encaminhamento que consideramos necessário e importante, é o investimento na formação continuada do professorado que atua na rede pública paulista, como locus de constante debate e reflexão em torno da PPC-EF: suas reais possibilidades frente aos diferentes contextos em que as escolas estão inseridas, a apropriação dos professores dos pressupostos teóricos que sustentam a PPC-EF, a compreensão de como a proposta está organizada do ponto de vista dos objetivos e conteúdos frente à autonomia dos professores etc.

Segundo Sanches Neto *et al.* (2014, p. 34), o investimento na formação continuada dos professores vinculadas à PPC-EF, “parecem apontar para a criticidade desejável aos docentes desde seu ingresso na rede”. Como exemplo, os autores citam o curso da Redefor-Univesp, oferecido desde 2010, que, entre outros assuntos, aborda alguns aspectos inerentes à PPC-EF, tais como a perspectiva cultural, fundamentos conceituais e objetivos, eixos temáticos e de conteúdos, percursos de aprendizagem e avaliação.

Nessa direção de abertura para dialogar as possibilidades e limitações da PPC-EF, os professores entrevistados apontam algumas dificuldades para a sua concretização no cotidiano da prática pedagógica. Segundo a Professora Cidinha, participante desse estudo, indica que há

“falhas” na proposta, o que pressupõe discuti-las na perspectiva de dirimir os problemas levantados. Essas “falhas” dizem respeito, em linhas gerais, sobre as dificuldades para utilização dessa proposta, a ser discutida no próximo item.

4 As dificuldades, adaptações e adequações encontradas na utilização da PPC.

Nesta categoria foram contempladas as asserções referentes às dificuldades e as adaptações que os professores têm de fazer na utilização das PPC-Educação Física.

Então eu vejo assim, que a gente não tendo muita coisa assim de material da proposta você entendeu? E a gente não tem um ambiente e espaço adequado pra você trabalhar, porque mesmo o atletismo você vê né, a gente coloca cordas para o salto e até pede para flexionar quando cai, não deixa fazer o máximo porque nós não temos, pelo menos, uma areia, nós não temos nada. Então eu acho que eu tenho certa dificuldade porque eu acho que a escola deveria ter além da quadra, que deveria ser um estádio, eu tenho uma quadra coberta mais chove, entendeu? (Zezé E- V).

Dificuldade material, material que quando tem é de péssima qualidade, o espaço físico é muito precário também, é um espaço adaptado onde eles podem ter uma atividade física e a falta de perspectiva [...] que praticar esporte pra eles é uma coisa enfadonha, já não é mais como era dez anos atrás. Hoje, o aluno gosta sim de sair da sala de aula, ele faz questão de sair da sala de aula, mas ele quer sair da sala de aula para ficar sentado em qualquer espaço ouvindo música no celular e é muito difícil para o professor trabalhar contra essa evolução tecnológica, que na verdade está prejudicando, não só a minha disciplina, mas como as outras. (Cidinha E-1).

As dificuldades encontradas são, principalmente, a falta de material e a inadequação do espaço físico. Ainda assim quando existem, os professores reclamam que ele é de péssima qualidade, o que impossibilita sua boa utilização nas aulas de Educação Física. Rangel (1999) já nos dizia que a questão do espaço é realmente um assunto delicado em algumas escolas, uma vez que muitas não possuem um espaço apropriado para a prática da Educação Física.

As dificuldades apresentadas em relação ao material e espaço físico, que de fato é uma realidade para a Educação Física escolar, resvalam na incorporação da PPC-EF por parte dos professores que alegam não terem condições de acolher alguns conteúdos em seus planejamentos, pela falta ou precariedade do material e/ou do espaço físico adequado ao

ensino, como no exemplo de Cidinha em relação ao Atletismo. O problema em si, não está na PPC-EF mais na precariedade de infraestrutura de muitas escolas públicas.

Nessa dinâmica, cabe ao professor promover adequações e/ou adaptações para viabilizar o ensino de algumas manifestações da Cultura de Movimento integrantes da PPC-EF. Os ‘ajustes’ transitam desde a produção de material alternativo ou mesmo a adaptação de outro material a demanda do conteúdo que se pretende ensinar num dado momento, até a organização de estratégias de ensino que viabilizem a participação de todos os estudantes. O depoimento do Professor Luiz, abaixo, aponta para essas questões.

Vamos supor eu vou trabalhar o tênis, mas ai é de maneira diferente, que nem aqui na nossa escola, nós temos por exemplo, frescobol e dai da pra dar uma adaptada, é logico que o frescobol é muito diferente, o equipamento é muito diferente, mas para o jogador aprender os movimentos é perfeitamente possível e da para trabalhar. O espaço também né, adaptar o material, adaptar o espaço, com relação ao número de alunos que estão fazendo também, tem que dar uma adaptada, porque não tem material para todo mundo estar fazendo ao mesmo tempo, acho que essas são as principais adequações, mas dá pra fazer muitas atividades legais. (Luiz E-IV).

Situação bem diferente é apresentada pelo Professor Rafael, que indica que a escola em que trabalha possui boa infraestrutura de materiais. Tal contexto coloca o professor numa condição de trabalho bastante confortável de modo que ele indica ser possível, sem maiores problemas, trabalhar com todas as ‘atividades’ que constam na PPC-EF.

Eu acho que todas as atividades são possíveis, quando você se propõe a fazer e tem segurança todos são possíveis. Nas escolas que eu trabalho eu não tenho dificuldade com material, eu sempre consigo o material e tenho uma relação boa com a diretora, então eu não vejo dificuldade, então com relação a partir do momento que você decidiu o que vai fazer é possível fazer, da uma adaptada no espaço e faz qualquer uma daquelas atividades lá que está no caderno do estado. (Rafael E-III).

De todo modo, as adequações e adaptações que o professor tem de realizar em suas aulas para que ele possa dar conta do conteúdo proposto, não são motivos para justificar o não acolhimento de qualquer conteúdo. Como apontam os professores, é perfeitamente possível tratar dos conteúdos com adaptações e os alunos gostam dessas aulas. Contudo, conteúdos que necessitam de material e espaço físico específico infelizmente ficam mais suscetíveis a serem deixados de lado ou abordados numa perspectiva muito distante de suas características

originais, descaracterizando-os muitas vezes (tal como o exemplo do ensino do tênis apresentado pelo Professor Luiz).

É importante ressaltar, como já o fizemos anteriormente, que a PPC-EF possibilita ao professor adequar seu planejamento em consonância com o contexto e realidade da escola e dos estudantes. No Caderno do Professor, alguns conteúdos são apresentados como obrigatórios e outros como sugestões que podem ou não condizerem com o projeto político-pedagógico e a realidade da escola (BETTI *et al.* 2010).

Outra dificuldade encontrada é a insegurança dos professores para tratarem de certos conteúdos:

A dificuldade é a falta de segurança do professor pra trabalhar com determinados conteúdos, então, por exemplo, os conteúdos de luta, de uns dois anos para cá eu busquei isso e hoje eu tenho segurança, mas antes disso era um dos conteúdos que eu não fazia porque eu não tinha segurança de trabalhar [...] a proposta é boa, o que faltou e o que falta é, eu não gosto de falar em capacitação porque parece que nós professores somos incapazes, mas falta de uma metodologia mesmo de como realmente fazer e existe uma tentativa do estado de trazer isso com alguns cursos, mas tudo pela internet e ai você vê o cara que fez a proposta falando, não tem uma vivência, não tem um espaço destinado para os professores de Educação Física se encontrar, por exemplo, e mostrarem o que eles já estão fazendo, o que eles estão conseguindo e ai seria uma troca né [...] O estado não consegue, não tem, não consegue um tempo pra que os professores se reúnam e discutam lá o que eles estão fazendo, o que seria muito rico. (Luiz E-IV).

Agora pensando aqui, tem uma pratica de dança, que fala de dança que é na oitava série, eu tenho bastante dificuldade com dança, então poderia ser visto alguma maneira de dar uma facilitada maior no conteúdo, ou fazer alguma capacitação maior com os professores pra poder desenvolver melhor esse tipo de conteúdo. (Rafael E-III).

De modo geral, não é raro o professor que apresenta alguma dificuldade e/ou resistência em lidar com certos conteúdos de ensino. No que tange a PPC-EF, não é diferente. Isso exige, do ponto de vista do professor, a busca constante por ampliar seus conhecimentos em relação às manifestações da Cultura de Movimento que já conhece e, principalmente, às que não conhece tanto no que diz respeito ao conhecimento específico do conteúdo quanto ao conhecimento pedagógico desse mesmo conteúdo. Do ponto de vista da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, possibilitar aos docentes espaços e tempos de formação continuada.

Conforme Venâncio e Betti (2010, p. 2317,)

É também verdade que, para mudanças realmente acontecerem no cotidiano das aulas de Educação Física, é preciso o entendimento, concordância e adesão dos professores, bem como a valorização do trabalho docente por parte do Estado. Todavia, em uma disciplina que há algum tempo carecia de sugestões de sistematização de conteúdos, as propostas curriculares referidas podem provocar um impacto positivo, ao definirem claramente para a comunidade o papel da Educação Física escolar, estabelecendo um novo patamar de referência para o debate pedagógico da área.

O professor Luiz, entrevistado IV, e o professor Rafael, entrevistado III, nos apontam algumas medidas que Betti *et. al.* (2010) entendem serem necessárias para que a PPC-Educação Física seja aperfeiçoada, concretize suas boas qualidades e corrija seus defeitos: fóruns de discussão sobre a implantação da proposta que conte com a participação efetiva dos professores e que constitua um espaço de troca de experiências entre eles. Além da formação permanente e continuada dos professores o que aumentaria a segurança e facilitaria organização e sistematização das aulas.

5 Possibilidades de mudanças na PPC propostas pelos próprios professores

Nessa categoria, foram destacadas as asserções dos professores quanto às mudanças que eles fariam na proposta, de modo atender suas expectativas e a sua realidade.

Acho que eu até já comentei sobre isso, eu tiraria o caderno do aluno, não sei se alguns professores gostariam disso, porque a impressão que dá é que fica mais fácil o negócio, mas essa coisa de te engessar e você não poder expandir conversar mais com as crianças, porque é assim, de repente você está lendo um texto lá com eles e você fica uma aula inteira só naquele texto, porque eles não dão conta nem do vocabulário do que está escrito lá, e aí você precisa dar conta de outras coisas [...] Então a gente fica nessa dúvida faço ou não faço [...] e aí o número de aulas é pequeno para dar conta disso tudo. (Luiz E-IV).

Olha, eu mudaria as práticas que estão sugerindo lá, a maioria das práticas que eles sugerem como atividade, elas são quase que impraticáveis, eu colocaria de uma maneira tal que a gente perdesse menos tempo falando e mais tempo agindo, e, normalmente, as propostas pedagógicas estão fora do contexto do aluno, por exemplo, eu não tenho como ensinar esgrima pra um aluno, eu não vou pedir pra um

aluno lutar esgrima, não tem como, mas eu faço, dentro da medida do possível, que ela assista, que ele saiba, que ele se inteire [...] E também, a proposta tem cadernos bimestrais [...] Eu acho que deveria ter uma proposta só de primeiro a quarto bimestre pra que a gente trabalhe aqueles componentes de acordo com a situação atual, havendo qualidade e não assim, conteúdos totalmente desligados um do outro, eu estou trabalhando uma coisa na sétima daí o segundo bimestre já não continua aquele conteúdo, já é outro totalmente diferente, então não existe uma continuidade. (Cidinha E-I).

O professor Luiz, nos traz seu descontentamento quanto ao “caderno do aluno”, por entender que esse “engessa” o trabalho do professor, diminuindo a autonomia do professor e dificultando o andamento de sua aula. Com o caderno do aluno, o professor fica pressionado a trabalhar o conjunto de atividades e práticas ali descritas e propostas, quando por vezes o professor julga mais importante trabalhar outro conteúdo/tema.

O Caderno do Aluno apresenta o mesmo conjunto de conteúdos e temas sugeridos no documento destinado aos professores. Essa similaridade entre os cadernos destinados aos professores e aqueles voltados aos estudantes pode representar uma dificuldade no trato dos conteúdos principalmente no que tange aos ajustes necessários para atender a realidade da escola. Considerando o “modo como foram elaborados os cadernos dos alunos, as possibilidades de flexibilização das manifestações da Cultura de Movimento a partir do Projeto Político e Pedagógico das escolas ficam comprometidas” (SANCHES NETO *et al.*, 2014, p. 33).

Talvez essa desarticulação entre os dois cadernos tenha fundo no fato de as equipes que construíram os dois documentos são diferentes, ou seja, a equipe que elaborou os cadernos do aluno não é a mesma equipe que elaborou a concepção e os cadernos do professor. Segundo Venâncio e Betti (2010, p. 2317), há incongruências em vários cadernos do professor que se repetem em vários cadernos do aluno, o que “evidencia a descontinuidade política, administrativa e pedagógica na educação paulista, mesmo sob a égide do mesmo governo”.

A professora Cidinha aponta que gostaria que a proposta tivesse mais atividades possíveis de se trabalhar e condizentes com a realidade de seus alunos, em que ela “perdesse menos tempo falando e mais tempo agindo”. Outro ponto levantado pela entrevistada, diz respeito à organização da proposta feita por bimestres, perfazendo um total de 28 cadernos, em todos os anos do Ensino Fundamental e Médio, sendo quatro cadernos por ano/série como

apontado por Betti *et al.* (2010). A professora diz entender como mais útil e fácil uma organização anual, pois segundo ela a organização bimestral faz com que ocorra uma descontinuidade nos conteúdos/temas da proposta, ocasionando uma quebra do conteúdo que vem sendo trabalhado para o que será trabalhado adiante.

A professora Maria não propõe mudança na proposta, mas sim no espaço físico e no material. Segundo a professora, são fatores que dificultam a utilização da PPC- Educação Física.

Eu acho que eu deixaria como esta, eu procuraria resolver o espaço físico pra poder aplicar toda essa proposta certinha. Fazer o futebol americano mesmo, e fazer todas as atividades mesmo assim, sei lá não só pra gente poder quebrar galho com isso, com aquilo, um aluno trazer a bola, improvisar [...] Eu acho que a proposta eu continuaria ela assim como está, eu acho ela boa. Para o colegial eu acho muito bom, traz bastantes coisas sobre saúde, e eu acho tudo muito bom e até para o ensino fundamental nós temos sempre alguma coisa sobre alimentação, alguma parte de saúde sempre consta ali e eu acho isso muito bom. (Maria E-II (d)).

As mudanças propostas são pontuais, por conta dos professores estudados gostarem da PPC; tal fato indica a qualidade e validade da PPC-Educação Física.

6 Considerações Finais

É verdade que as críticas que comumente são dirigidas às propostas curriculares dessa natureza se orientam a partir da possibilidade de estar ferindo a autonomia dos professores e das escolas, por padronizarem os conteúdos/temas e desconsiderarem os contextos locais e as realidades escolares (VENÂNCIO, 2005). Porém é impossível não dizer que essas Propostas ocasionaram um grande impacto positivo, principalmente se tratando do componente curricular Educação Física que carecia de uma organização e sistematização dos conteúdos para que pudesse ser definido o que iria se ensinar nas aulas, mostrando assim o objeto de estudo deste componente. Os avanços sentidos por consequências dessa sistematização estabeleceram “um novo patamar de referencia para o debate pedagógico da área” (BETTI *et al.*, 2010, p. 126), de Educação Física escolar.

Nesse estudo, pudemos verificar que os professores/as participantes indicaram como positiva a proposta curricular em questão, por entenderem que ela lhes dá um direcionamento

quanto ao caminho a se seguir em suas aulas. Porém, foi perceptível que, apesar desse direcionamento, os professores não se sentem aptos a utilizar essa proposta como um todo.

São vários os motivos para essa utilização parcial da PPC como, por exemplo, problemas com material: falta de material e material de péssima qualidade que são utilizados nas aulas, o que dificulta e muito real utilização e efetivação dessa proposta. O espaço físico não adequado para muitos tipos de aulas, excetuando-se os esportes mais tradicionais como futebol, vôlei, basquete e handebol, que podem praticados em quadras comuns, também se tornou um fator que dificulta a utilização e concretização da proposta com seus objetivos e resultados. A insegurança dos professores também figura como um dos fatores que dificultam a utilização e efetivação da proposta.

Segundo Betti *et al.* (2010), para que a PPC-Educação Física seja aperfeiçoada, é fundamental que existam e ocorram fóruns de discussão sobre a implantação e implementação da proposta e que esses contem com a participação efetiva dos professores e que dentro dos fóruns se constitua um espaço de troca de experiências e saberes entre eles. Além da formação permanente e continuada dos professores o que aumentaria a segurança e facilitaria organização e sistematização das aulas. Temos também a consciência de que a melhoria qualitativa da escola pública somente ocorrerá com a coerência, continuidade e melhorias inadiáveis como reajustes nos salários dos professores e funcionários, melhores condições de trabalho e de infraestrutura das escolas. (BETTI *et al.*, 2010).

Sendo assim, consideramos a PPC-Educação Física como algo positivo para os professores e para as aulas de Educação Física apesar de todas as dificuldades apresentadas pelos participantes desse estudo. O compromisso da Educação Física deve ir além do fazer, enquanto mera atividade descompromissada, o compromisso da Educação Física deve ser o construir um saber “com” esse fazer (FENSTERSEIFER E GONZÁLEZ, 2007). E também por entender que a Educação Física passa por um período de transformações que vão alavancar o profissional e a profissão.

Referências

BETTI, M.; DAOLIO, J.; VENÂNCIO, L.; SANCHES NETO, L. A Proposta Curricular de Educação Física do Estado de São Paulo: fundamentos e desafios. In: FILHO, D. C.; CORREIA, W. R. **Educação Física Escolar** – Docência e cotidiano. Editora CRV: Curitiba, 2010, p. 109-128.

BETTI M.; KNIJNIK, J; VENÂNCIO, L. SANCHES NETO, L; DAOLIO, J. Fundamentos filosóficos e antropológicos da Teoria do Se-movimentar e a formação de sujeitos emancipados, autônomos e críticos: o exemplo do currículo de Educação Física do Estado de São Paulo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1631-1653, 2014.

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevista y grupos**. Buenos Aires, Editora Nueva Vision, 1977.

BOSCATTO, J. D.; KUNZ, E. Contribuições Teóricas para uma didática comunicativa na Educação Física escolar. **Revista Motrivivência**. Santa Catarina, v. 19, n. 28, p. 101-114, 2007.

BRACHT, V. Constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, 1º e 2º ciclos**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Educação Física**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

_____, Ministério da Educação. Portaria nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dezembro 1996.

FENSTERSEIFER, P. E.; GONZÁLEZ, F. J. Educação física escolar: a difícil e incontornável relação teoria e prática. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, Ano XIX, n. 28, p. 27-37, 2007.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 19-29.

RANGEL, I. R. A. Esporte na escola: mas é só isso, professor? **Revista Motriz**, v.1, n.1, p. 25-31, 1999.

SANCHES NETO, L; VENÂNCIO, L.; BETTI M.; DAOLIO, J. Propostas curriculares de Educação Física: podemos esperar por mudanças? O caso da rede estadual de ensino de São Paulo. In: SOEIRO, M. I. P.; SILVA, M. I. (Orgs). **Educação física escolar: pesquisas e reflexões**. Mossoró, RN: Edições UERN, 2014, p. 24-42.

SANTOS FILHO, O. R.; ALVES, F. D. Educação Física na Escola: reflexões sobre a prática pedagógica do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. In: XI CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E I CONGRESSO

NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2011, Águas de Lindóia/SP. **Anais...**, 2011. v. 1. p. 631-642.

SÃO PAULO, **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física/** Coord. Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE, 2008.

VENÂNCIO, L. **Projeto político-pedagógico e a Educação Física escolar no processo de construção coletiva**. 2005. Dissertação (mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

VENÂNCIO, L.; BETTI, M.. A proposta curricular de Educação Física do Estado de São Paulo (Brasil): reflexões e problematizações sobre um processo em andamento. In: IX COLÓQUIO LUSO BRASILEIRO: DEBATES E QUESTÕES CURRICULARES. **Anais...** Universidade do Porto/Portugal, 2010. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/coloquio2010/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Recebido em: 24/02/2014

Revisado em: 01/05/2017

Aprovado para publicação em: 12/12/2017

Publicado em: 30/04/2018